

CAMINHOS E DESCAMINHOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO

*Maurício Ribeiro de Almeida**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi influenciado pelas experiências deste profissional, uma vez que exerce a função de psicólogo judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde 1996. Os profissionais de psicologia que atuam na Vara da Infância e da Juventude atuam em processos de adoção, quer na seleção dos candidatos à adoção, quer no momento em que há a inserção de uma criança em uma família adotiva.

A experiência de pesquisador também teve papel importante, em outros dois trabalhos teve-se a oportunidade de lidar com a questão de adoção – no mestrado, com a adoção inter-racial e, no doutorado, com a adoção de crianças por pessoas e casais homoafetivos.

Outro aspecto relevante para a formulação desta pesquisa está associado as práticas dos serviços de adoção. Na última década de 1990 passou-se

*Doutor e Mestre em Psicologia. Especialista em Psicologia Jurídica; Professor nas Faculdades Integradas de Bauru, no Centro Universitário Salesiano e nas Faculdades Integradas de Jaú. Psicólogo judiciário.

a veicular um novo paradigma no cenário da adoção. Ou seja, o modelo tradicional – encontrar crianças para casais inférteis foi reformulado por outro de cunho mais social, que passou a preconizar as necessidades das crianças que precisam de um lar, em razão do grande número delas que se encontram nas instituições de acolhimento à espera de adoção. Ocorre, porém, que o interesse dos candidatos à adoção é por bebês recém-nascidos, de cor de pele branca, sem problemas de saúde e, preferencialmente, do sexo feminino. Nesse sentido, novas configurações de adoção passaram a existir em razão das necessidades dessas crianças, bem como de maior visibilidade da adoção no campo social. Dentre as novas configurações de adoção, pode-se citar as adoções tardias, inter-racial, de crianças com deficiências. Dentre elas, a adoção tardia é uma das que se destaca, pois, o interesse em crianças, que já ultrapassaram os dois primeiros anos de vida aumenta em ritmo acelerado, não sendo incomum observar na prática profissional, até mesmo a adoção de pré-adolescentes e adolescentes. No entanto, junto à essas mudanças importantes para as crianças que aguardam a possibilidade de reconstruir vínculos afetivos em um novo lar, apareceu também o fenômeno das chamadas “devoluções de crianças”. Tal fenômeno, ainda carece de estudos científicos, mas revela de algum modo o despreparo dos adotantes para lidar com o processo de desenvolvimento de uma criança, sendo que a capacidade para enfrentar as dificuldades e os desafios da fase do estágio de convivência se mostram reduzidas, levando à desistência da criança e o retorno dela à instituição de acolhimento.

Inicialmente o artigo aborda aspectos mais tradicionais do universo da adoção. Nesse sentido, faz-se um breve percurso histórico sobre o tema, destacando as mudanças no campo da legislação brasileira. Em segunda etapa recorre-se à Psicanálise proposta por Winnicott para identificar as peculiaridades do desenvolvimento emocional infantil e sua interação com o ambiente. Posteriormente, apresenta-se os procedimentos para o levantamento de dados, visando a caracterização de um caso de adoção, cuja experiência se mostrou infrutífera. Por fim são apresentadas as considerações finais obtidas com o material e apontamentos de algumas sugestões que podem auxiliar no enfrentamento de dificuldades enfrentadas no estágio de convivência de uma adoção. Tais considerações, podem subsidiar algumas reflexões e possíveis referências para a implementação de programas e novos estudos sobre o tema.

2. A ADOÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E JURÍDICO

A adoção acompanha o desenvolvimento histórico e cultural da humanidade. Em cada momento histórico a prática adotiva adquire significados e representações específicas. Até a fase do pós-guerra teve forte conotação nos interesses dos pais adotivos e não necessariamente nos interesses das crianças sem lar. Tal fato se modifica em razão do grande número de crianças que perderam seus pais na guerra o que gerou um grande contingente de crianças e adolescentes em abrigos. Nas sociedades antigas e medievais a indicação de adoção se destinava a responder interesses sucessórios e políticos, como, por exemplo, transmissão de herança a um casal que não tinha filhos ou mesmo transmissão de direitos políticos a um representante que não possuía prole, prática bastante utilizada no período do Império Romano.

Quando se fala em adoção, rapidamente, se faz associação ao abandono de crianças, pois em sua grande maioria uma família adotiva somente pode assumir uma criança após um abandono. No entanto, há de se considerar outras particularidades pois algumas formas de adoção ocorrem após a entrega da criança por parte da genitora biológica e nesse caso é importante considerar tal especificidade, pois a criança não foi abandonada no sentido lato do termo, mas entregue em adoção após uma tomada de decisão da genitora ou dos genitores, que invariavelmente, vivem contradições, hesitação e sofrimento. E uma entrega os pais biológicos podem admitir a impossibilidade de ficar com a criança e optam por dar a ela a oportunidade de crescer em um lar no qual possa ter melhores condições de desenvolvimento.

De acordo com Abraão (2014), a ideia de abandono é uma realidade que tomou fórmula há aproximadamente três séculos, pois, valores que sustentam a ideia de abandono estão ligados aos padrões éticos e morais desenvolvidos especialmente no iluminismo. Assim, os aspectos que são levados em conta para se caracterizar abandono na sociedade contemporânea, não são os mesmos que definiram abandono no início da civilização ocidental. Nesse aspecto de diferenciação o que se destaca é o sentimento de infância e as representações sociais que determina o momento em que consideramos a criança como um sujeito em desenvolvimento e não apenas um pequeno adulto, tal como

apontado por Ariès (1999). Com o florescimento da ciência no século XIX e as mudanças históricas e políticas desencadeadas pelo capitalismo passou-se a prestar maior atenção à infância e conseqüentemente aos efeitos do abandono.

No Brasil, a adoção foi implantada com forte influência das culturas europeias, particularmente, a portuguesa, que por sua vez, recebeu forte influência da romana. No Brasil colônia, por muito tempo imperou o abandono selvagem, sendo este caracterizado pelo descarte de uma criança indesejada, em locais públicos do espaço urbano ou em matas e florestas. Normalmente, essas crianças eram fruto de relações incestuosas e numa situação de abandono selvagem eram entregues à própria sorte, ou eram devoradas por animais ou acolhidas por pessoas piedosas. Com o avanço da colonização e as expectativas de tornar o Brasil um país mais desenvolvido a prática de abandono selvagem passou a ser combatida, tornando-se comum o hábito de deixar as crianças indesejadas em conventos e instituições de caridade. Essa prática foi aperfeiçoada, com a importação das correntes higienistas, que também passaram a ter expectativas de higienizar as instituições da época, que eram tidas como verdadeiros focos de disseminação de doenças e problemas sociais (RIZZINI, 1997).

As práticas sociais influenciaram de algum modo as legislações de adoção. De 1916 até 1979 ocorreram várias mudanças na legislação que tratavam da adoção, porém, os critérios jurídicos, ou eram rígidos demais, ou focavam explicitamente nos interesses dos candidatos à adoção e não nas crianças. Alguns exemplos: em 1916 a adoção era regulada pelo código civil e previa rompimento do vínculo de adoção, caso o filho adotivo cometesse ingratidão com a família. Até o segundo código de Menores, ainda existiam diferenças entre os direitos dos filhos adotivos e filhos biológicos. Embora existisse a adoção plena, que garantia direitos integrais sem distinção aos filhos adotivos, também, existia a adoção simples, que não rompia definitivamente os vínculos entre a criança e a família biológica. Nesse período, as práticas adotivas sofriam limitações em razão da legislação da adoção que exigia, que os candidatos fossem legalmente casados por no mínimo cinco anos e, preferencialmente, não tivessem filhos biológicos (WEBER, 2011).

Mudanças paradigmáticas no campo da adoção foram possíveis somente com a promulgação da Lei 8.069 de 13, de julho de 1990, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Com tais mudanças na legislação houve

previsão legal de adoção para solteiros, para casais conviventes (em união estável) e até mesmo de casais que se separassem durante o estágio de convivência, desde que estivessem com a criança e entrassem em acordo quanto à guarda do filho. Além disso, manteve-se a obrigatoriedade da diferença de idade de dezesseis anos entre os adotantes e a criança e a exigência de idade mínima de dezoito anos para pelo menos um dos pares do casal. No bojo dessas mudanças, passou-se a divulgar diferentes tipos de adoção. As mudanças, porém, não evitaram paradoxos, ou seja, por um lado, um grande número de crianças nas instituições de acolhimento e, por outro lado um grande número de pessoas e casais inscritos para adoção aguardando a possibilidade de conseguirem seus filhos. Tal discrepância se mantém em razão dos interessados em adoção desejarem adotar somente bebês recém-nascidos, sendo que as crianças que estão nos abrigos apresentam perfis bastante diferentes dos almejados pelos interessados uma vez que, em sua maioria, são afrodescendentes, apresentam faixa etária acima dos dois anos de idade ou têm algum problema de saúde que exige maiores cuidados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA/CNA, 2015).

No ano de 2009 foi promulgada a lei 12010/2009 – Lei Nacional de Adoção. Na verdade, essa segunda legislação veio para regulamentar alguns princípios que ficaram pouco definidos no ECA. Dentre tais regulamentações, pode-se citar as que tocam mais diretamente este trabalho, como por exemplo, estipulação de prazo máximo de dois anos para que crianças ou adolescentes permaneçam em uma instituição de acolhimento e obrigatoriedade de preparação dos pretendentes à adoção antes de seu cadastramento no Poder Judiciário (Art. 50 parágrafo 3º e 4º).

Em relação ao estágio de convivência verifica-se a regulamentação no art. 46, § 3º:

O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência da medida (incluído pela Lei nº 12010, de 2009).

Todas essas mudanças operadas no campo de adoção revelam de algum modo, as preocupações contemporâneas com o desenvolvimento da criança e a necessidade de enfrentar de modo mais eficiente as consequências do abandono.

3. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: AS CONTRIBUIÇÕES DE FREUD E WINNICOTT E AS PECULIARIDADES DA ADOÇÃO

Com a Psicanálise formulada por Freud e suas descobertas sobre o inconsciente e o destaque que este autor deu à sexualidade foi possível apreender as nuances do desenvolvimento emocional na primeira infância. Antes de Freud, por exemplo, essas noções eram vagas e negligencia-se a importância dos primeiros anos do desenvolvimento, sendo que a sexualidade era presumida apenas no início da fase da adolescência.

A Psicanálise foi obrigada a atribuir a origem da vida mental dos adultos à vida das crianças e teve de levar à sério o velho ditado que diz que a criança é o pai do homem. Delineou a continuidade entre a mente infantil e a mente adulta e observou também as transformações e os remanejamentos que ocorrem nesse processo. Na maioria de nós existe, em nossas lembranças, uma lacuna que abrange os primeiros anos da infância dos quais apenas algumas recordações fragmentárias sobrevivem. Pode-se dizer que a psicanálise preencheu essa lacuna e aboliu a amnésia infantil do homem. (FREUD, 1996, p. 183)

Com a formulação de duas teorias sobre o funcionamento do inconsciente – denominada primeira e segunda tópica, Freud destacou que a vida mental é regida por processos inconscientes, sendo que em sua estrutura e funcionamento agem instâncias que ora visam o prazer, ora propiciam repressão e adiamento do prazer, sendo que o acesso aos conteúdos reprimidos estariam condicionados ao tanto de energia instintual empregada em tal repressão. Na segunda formulação da teoria do aparelho mental Freud as denominou como id, ego e superego, dando a tal estrutura mental visão mais dinâmica que a primeira teoria que tinha mais caráter estrutural (FREUD, 1996).

O que se apreende com a teoria Psicanalítica formulada por Freud é que o processo de desenvolvimento emocional é complexo, longo e requer do sujeito a capacidade de haver-se com seus próprios conflitos sendo levado a buscar saídas para que seu crescimento não seja perturbado. Neste processo se observa o interjogo das condições ambientais e as representações simbólicas

e fantasmáticas impressas no psiquismo da criança desde as experiências mais precoces em interação aos modelos parentais que lhe são disponibilizados.

As ideias de Freud foram mantidas, revisadas ou aprofundadas por diferentes teóricos da Psicanálise. Um desses propagadores com significativa produção a respeito do desenvolvimento emocional da criança foi Donald Winnicott, psicanalista inglês que teve produção teórica efervescente entre a década de 1950 a 1960.

As inter-relações entre as condições ambientais e os processos de maturação foram estudadas de modo pormenorizado por Winnicott (1982,1993, 1999). Para o autor o oferecimento de uma base segura e de relações estáveis e gratificantes durante a infância permite o desenvolvimento de estruturas internas necessárias a autonomia pessoal. As crianças tornam-se, com o tempo, capazes de conservar um sentido de segurança mesmo frente às inseguranças mais manifestas em situação de doença ou de morte de um dos pais, em caso de um comportamento inesperado por parte de alguém ou quando o lar se desfaz.

4. A VIVÊNCIA DA ADOÇÃO: A NECESSIDADE DO ENFRENTAMENTO DOS LUTOS E A IMPORTÂNCIA DA REPARAÇÃO

A construção de vínculos afetivos, se relaciona às genealogias concernentes aos membros de um dado grupo familiar. Nesse sentido, os conteúdos psíquicos associados a essas origens podem funcionar como um dispositivo que organiza ou dificulta a remalhagem de vínculos no contexto de adoção (BENGHOZI, 2010). Assim, a adoção implica um trabalho de elaboração das perdas desencadeadas pelas rupturas de vínculos da criança com sua família biológica e mútuos investimentos afetivos entre a criança e os pais adotivos.

Segundo Benghozi (2010), a inscrição da criança na família adotiva se dá por meio de um acontecimento genealógico que suscita investimento psíquico. Essa restauração- remalhagem deve ser recíproca e abarcar dois continentes genealógicos, ou seja, as duas famílias dos pais adotivos e as famílias de origem dos pais biológicos.

Esse entrecruzamento de genealogias familiares pode levar a conflitos se o lar adotivo promove a exclusão ou o apagamento da outra família (a biológica); de outro modo, a integração e o respeito dessas origens podem ser tomados como uma fonte de enriquecimento excepcional e agir na construção de uma *identidade mestiçada* pela complexidade dessa rede de vínculos filiativo e afiliativo, que compõem tais histórias familiares.

Levy (2011), em apresentação oral¹, destacou as diferenças entre as práticas de parentalidade e as experiências de parentalidade. Segundo a autoria atualmente, porém, as pesquisas científicas, principalmente na área de Psicologia, procuram enfatizar o processo de tornar-se pai e mãe, independentemente da pessoa ou da orientação sexual dos sujeitos que assumem os chamados papéis parentais.

Em relação ao processo de tornar-se pai e mãe, Houzel (2004) afirma que é importante diferenciar o que se convencionou chamar *prática de parentalidade* e *experiência de parentalidade*.

A prática de parentalidade refere-se à experiência concreta de se tornar pai e mãe e corresponde às tarefas cotidianas executadas junto ao filho. A experiência de parentalidade, por sua vez, corresponde às experiências subjetivas de tornar-se pai e mãe; portanto, está vinculada ao desejo de filho e tem sua base nas interações fantasmáticas entre os pais e a criança.

Para tanto, o processo de se tornar pai ou mãe implica a necessidade de um trabalho psíquico de definição e redefinição de lugares, que requer uma referência aos próprios pais (KAËS, 2010; BENGHOZI, 2010; LEVY, 2011). Trata-se do mesmo modo de se inscrever na continuidade das gerações precedentes, retomando o processo de diferenciação entre eles e os pais e renunciando ao lugar de filho para cedê-lo à criança que nasce. Isso implica um processo de se tornar pai, que exige a elaboração do luto pela perda do lugar do filho em função de ser pai – e, nessa trajetória, conseguir transmitir ao filho algo de sua vida e de sua história. Trata-se, enfim, de um trabalho de luto

1 A professora Lidia Levy, da PUC do Rio de Janeiro, analisou um estudo de caso intitulado: *Novas formas de vincularidade: Novas Famílias*. Esta atividade fez parte da programação do I Encontro Brasileiro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família. O evento ocorreu em 1º de setembro de 2011 no Instituto de Psicologia da USP, organizado pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social e Laboratório de Casal e Família, ambos do Instituto de Psicologia da USP/SP.

e de troca simbólica de lugares, engendrados nesse complexo caminho rumo à parentalidade e à filiação (LEVY, 2011).

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Empregou-se neste trabalho o paradigma da pesquisa descritiva qualitativa e a metodologia de estudo de caso como estratégia para a investigação do tema aqui proposto – análise dos aspectos emocionais que provocam uma experiência insatisfatória de adoção. O material foi obtido por meio de roteiro de entrevistada semiestruturado.

De acordo com Sanches Peres e Santos (2005), define-se *caso* como um fenômeno passível de análise crítica, que se instala em um sistema delimitado, integrado, unitário e multidimensional, composto, portanto, de muitas nuances. Essa estratégia é validada por boa parte dos pesquisadores porque permite a análise em profundidade de um objeto e ao mesmo tempo externar uma preocupação com seu aspecto unitário, sendo essas suas principais características (SANCHES PERES; SANTOS, 2005).

A análise do material foi baseada na perspectiva da psicanálise winnicottiana e vincular, tendo auxiliado também na composição do roteiro de entrevista.

Os participantes foram selecionados entre as famílias que tiveram experiência insatisfatória de adoção, resultando na devolução da criança. Após um primeiro contato com a família, obteve-se desta o aceite para participar da entrevista. É importante salientar que para a seleção desta família baseou-se nos seguintes critérios: - ter assumido uma criança com a finalidade de adoção, - ter ficado em estágio com a criança pelo menos um mês e, - ter participado de curso preparatório para adoção, bem como estar regularmente habilitada para adoção, tal como preconizado no ECA e na Lei nacional de adoção.

O modelo de entrevista foi uma ferramenta importante no delineamento do estudo de caso exploratório, tendo em vista que, por ele, foi possível percorrer a trajetória da formação do casal e sua vivência de parentalidade após uma experiência de adoção. Além disso, permitiu a identificação de eixos de análise que viabilizaram a discussão de temas complexos que dificilmente poderiam ser abordados em um questionário (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

UM CASAL E O DESEJO POR FILHOS

Rosa ² 47 anos, ensino fundamental incompleto, trabalha com prestação de serviços domésticos. Pedro, 47 anos, ensino médio completo, trabalha na área de produção.

Rosa perdeu a mãe com 9 anos de idade, na época cuidou de uma irmã de 1 ano de idade e de outros dois irmãos um com 4 e outro mais velho com 18 anos. Pedro provém de família numerosa, sendo ele o 7º entre 11 irmãos.

Tanto Rosa como Pedro moraram com outros companheiros antes de se unirem. Rosa morou com outro homem por um período de dois anos, nessa época chegou a engravidar, mas perdeu uma criança, do sexo masculino, no nono mês de gestação. Pedro não teve filhos da primeira união.

Depois de alguns anos de convivência em comum, Rosa e Pedro resolveram ter filhos, mas como não conseguiam procuraram por um médico, quando foi diagnosticado a necessidade de tratamento. Após um período, a gravidez ocorreu sendo interrompida por um aborto espontâneo. Tempos depois ocorre a segunda gravidez, mas logo foi verificado que não era embrionária, sendo necessária uma curetagem. Quando Rosa e o marido se dirigiam para o hospital para a realização desse procedimento, Pedro lhe propôs a adoção.

No ano de 2009 estavam há cinco anos cadastrados para a adoção, Rosa engravidou novamente, desta vez de uma menina. Relatam que neste período, ela fez o pré-natal regularmente, porém, no sétimo mês, não se escutava o batimento cardíaco da criança, sendo indicado imediata internação, quando descobriram que o bebê estava morto. Mesmo com tal constatação, a equipe de saúde não fez a cesariana e induziram parto normal. Somente no terceiro dia de internação, depois de muitas dores e angústia, Rosa conseguiu expulsar o feto.

Após três anos da perda da filha biológica foram chamados para a adoção de duas crianças: uma menina de um ano e oito meses e um menino de quatro anos, identificados aqui como Margarida e Joazinho. Após algumas visitas de finais de semana entraram com o pedido de adoção, mas no período de estágio de convivência acenturam-se as dificuldades de relacionamento entre Rosa e Joazinho, culminando com a desistência da adoção e o retorno das crianças à instituição de acolhimento.

2 Os nomes dos pais adotivos e das crianças são fictícios de modo a preservar suas identidades.

ANÁLISE: O DESEJO POR FILHOS NÃO SE REALIZA, MAS RESTA A ESPERANÇA DE UMA NOVA CHANCE

Retomar a conviência de Rosa e Pedro com duas crianças no lar é fazer uma tentativa para aprofundar os aspectos afetivo-emocionais que podem interferir na relação dos futuros pais adotivos com a criança.

Em sua história, Rosa inicia uma aproximação com a maternidade já aos nove anos sendo que esta ocorre quando perde a mãe, e ela própria tem abortada a sua infância, tendo que maternar sua irmã e outros dois irmãos, transformando-se precocemente em uma dona de casa. Assim, quando se vê na iminência de tornar-se mãe, algo de seu inconsciente reatualiza, colocando-a novamente no impasse, realizar o desejo de ser mãe, mas ao mesmo tempo vivenciar novamente uma situação desconfortável de perdas relacionadas à sua infância e às suas tentativas frustradas para ter um filho biológico.

A condição de Rosa para oferecer um ambiente seguro e acolhedor, para as crianças que desejou adotar, principalmente, para com o menino, se mostrou reduzida, enfraquecendo sua capacidade de *holding*. Tal limitação parece ter gerado na própria criança a elevação de sua ansiedade, e um ambiente favorável para comportamentos inadequados, pois não encontrou contenção e provisão afetiva na figura materna substituta.

O *holding* tal como formulado por Winnicott é favorecido também pelo apoio do pai, que pode auxiliar a mãe a lidar com suas próprias angústias, visto que pode dar suporte para um ambiente mais estável e seguro, principalmente quando tal estabilidade se abala em razão da chegada de duas crianças no lar. Em vários momentos Rosa descreve o comportamento bastante regredido do marido no período de estágio de convivência. Além de não contar com o amparo e autoridade do marido na fase de adaptação, a entrevistada revela que não havia espaço mental para duas crianças. Seu ideal narcísico de maternidade e de filiação fica depositado apenas em Margarida, sendo a figura do menino considerada como a de um intruso – o outro estranho, que não cabe em suas fantasias e desejos inconscientes. Ou seja, em seu projeto narcísico de maternidade cabe apenas a menina, sendo essa personificada como uma bonequinha encantada. A desidealização se faz necessária à medida que há o contato com a realidade, ou seja, não se tem apenas uma criança dos sonhos, mas duas crianças, cada qual com sua singularidade e fases diferenciadas de desenvolvimento.

Dor, física e emocional não são esquecidas, marcando a experiência emocional de Rosa com a maternidade. Tal realidade requer a necessária elaboração do luto, e no caso em questão não se realizou de modo produtivo, ao contrário, ficou interrompido pelas tentativas precoces e imediatistas de reparação.

De acordo com Freud (1996), o luto profundo, a reação à perda de uma pessoa que se estima, carrega o mesmo estado penoso, a mesma perda de interesse pela realidade externa. Assim sendo, é fácil constatar que existe uma inibição e uma divisão do ego que se mostram como uma exclusiva devoção ao luto. Com tal característica o trabalho de elaboração do luto seria o de admitir que o objeto amado não mais exista, exigindo que a libido seja retirada de suas conexões com aquele objeto, o que pode de início provocar uma reação inversa de oposição ao desligamento do objeto amado. Respeitada a dor inicial da perda, normalmente, a ordem se instala, ainda que de início haja uma resistência de se desvincular das representações que se ligam ao objeto amado.

No caso em tela, a não elaboração do luto provoca funcionamento cindido na mãe adotiva, levando-a a nutrir sentimentos positivos e negativos pelas duas crianças, sem que possa estar mais aberta para as peculiaridades de ambas. A elaboração do luto pelas perdas dos filhos biológicos é abortada pela tentativa imediatista de reparação, sendo aventado pelo marido a adoção de uma criança precocemente. A adoção surge como uma forma de reparação, sem que o luto tivesse sido eficientemente elaborado, e funcionando para driblar as dificuldades de concepção dos filhos biológicos.

A desistência da adoção se dá principalmente porque a entrevistada observa que Joazinho tem um potencial perigoso, sendo este filho de um assassino e de uma dependente de drogas, segundo as informações que obteve. Rosa projeta em Joazinho seus próprios temores de não vir a dar conta dele. Suas tentativas de maternidade que redundaram em experiências de morte, a levam por identificação projetiva, prever que a permanência com a criança redundará em uma experiência de morte ou destrutividade. Em suas palavras: “... esse menino, vai dar trabalho, eu, fiquei assim com medo dele crescer um menino assim revoltado e depois chegar ao ponto **de matar a gente, hoje o próprio filho que é próprio de sangue, ele mata o pai, a mãe, né?** Para Rosa, filhos biológicos ou adotivos, de algum modo trazem fantasias de destruição, o que sobrecarrega a experiência de maternidade, vislubrando de modo

inconsciente somente a alternativa de interrupção de uma gravidez, ou da adoção. Freud (1996, p. 98) nos ensina que “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior”. Os filhos portanto, não escapam ao narcisismo dos pais, porém, a vida psíquica, além da indentificação, também permite o processo de diferenciação, sendo estes indispensáveis para o fortalecimento egóico, desenvolvimento de autonomia e um caminho mais interessante para a saúde mental.

Após a experiência de devolução das crianças, observou-se no casal entrevistado uma contradição de sentimentos, pois por um lado indicam que a desistência foi inevitável, e por outro, que aprenderam com a experiência e se tivessem uma nova chance não desistiriam de Margarida e Joazinho. O sentimento de esperança é alimentado com a possibilidade de nova adoção, pois após um ano de suspensão do cadastro de adoção, e tendo realizado tratamento psicológico durante dois meses, o casal voltou para a fila de adoção, visando desta vez somente a adoção de uma menina, com faixa etária de no máximo dois anos. De acordo com a entrevistada: *“Agora será diferente, eu não vou entregar mais”... “Agora é curtir ela, passear, dar estudo para ela, eu quero fazer tudo de bom para essa criança, até eu viver, assim o que é mais importante, eu quero dar e receber amor e carinho, porque eu tenho bastante para dar, que isso aí... (amor, carinho) tá até explodindo dentro de mim.”*

Paralelo ao desejo da mãe, pode-se apontar as necessidades emocionais de crianças quando estão com dois, três e quatro anos, descritos magistralmente por Winnicott (1982, p. 123):

A criança de dois, três e quatro anos está simultaneamente em dois mundos. O mundo que compartilhamos com a criança é também o mundo imaginativo da própria criança, e, por isso, a criança é capaz de vivenciá-lo intensamente. A razão disto é que não insistimos, quando estamos lidando com uma criança desta idade, em uma percepção exata do mundo externo. Os pés de uma criança não precisam ficar todo o tempo, firmemente, plantados na terra. Se uma menina deseja voar nós não dizemos simplesmente crianças não voam. Em lugar disso, levantamos a criança no ar e a carregamos sobre nossa cabeça e a colocamos sobre o armário, de forma que ela sinta que voou como um pássaro para seu ninho. Cedo demais a criança descobrirá que o voar não pode ser feito magicamente. Provavelmente nos sonhos o flutuar mágico pelos ares pode ser mantido até certo ponto ou, ao menos, haverá um sonho de dar passos muito largos. Por volta dos dez anos, criança está

praticando saltos à distância e em altura, tentando pular mais alto e mais longe que as outras. Isso será tudo quanto restará, exceto os sonhos, das sensações muito agudas, associadas à ideia de voar que surgiu naturalmente aos três anos de idade.

Qual o caminho possível entre o desejo de uma mãe e a necessidade de uma criança? Pelo que se pôde observar o caminho às vezes é tortuoso, permeado por significativas nuances que a psicanálise ajuda a desvelar. Apesar dos percalços, a caminhada se torna possível quando as dores estiverem um pouco mais cicatrizadas, aí sim, talvez esses dois mundos – o da criança e o dos pais se toquem de modo mais profundo e interessante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou salientar como pode agir as determinações inconscientes agem em projeto de parentalidade, interferindo, negativamente, na constituição de vínculos, principalmente aos que se relacionam às perdas e aos lutos não elaborados, e acentuando expectativas superidealizadas no projeto parental de candidatos à adoção.

Esses aspectos emocionais não podem ser negligenciados no campo da justiça, uma vez que a possibilidade de adoção ao invés de representar a construção de um projeto de vida e realização de necessidades emocionais dos pais e dos filhos podera se tornar, mais um instrumento jurídico, levando a novas rupturas, e consequentemente, a outras dificuldades afetivas aos atores envolvidos no cenário da adoção.

Nesse contexto, a teoria da Psicanálise, por dispor de conceitos teóricos que explicam o desenvolvimento emocional, as repercussões do ambiente sobre o psiquismo e ainda, o papel da transmissão psíquica entre as gerações, se mostra como um importante recurso para enfrentar os problemas aqui levantados. Políticas públicas e de saúde no campo da adoção podem se fortalecer, consideravelmente com as contribuições da Psicanálise.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, M. S. *Construindo vínculo entre pais e filhos adotivos*. São Paulo: Primavera editorial, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A.J; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira,1999.

ARAÚJO, M. F. “A abordagem de gênero na clínica com casais”. In: GOMES, I.C. (Coord.). *Família, diagnóstico e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ARIÉS, P. *Histórica social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BENGHOZI, P. *Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo: Vetor, 2010.

BRASIL. *Lei Federal nº 12010, de 03 de agosto de 2009*. Lei Nacional de Adoção. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 ago.2009.. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm> Acesso em: 20 de abr. 2015.

Brasil. *Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Governo do Estado de São Paulo, ed revisada e atualizada: São Paulo, 2012.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adoacao-cna>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

FREUD, S. “O ego e o id e outros trabalhos”. In. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão Trad.) (vol. XIX) Rio de Janeiro: Imago,1996c.

GIL, A.C. *Estudo de Caso*. São Paulo: Atlas, 2009.

HOUZEL, D. “As implicações da parentalidade”. In: SOLIS-PONTON, L. (Org). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KAËS, R. “Filiação e afiliação – alguns aspectos da reelaboração do romance familiar nas famílias adotivas, nos grupos e nas instituições”. In: TRINDADE-SALVERT, I. *Os novos desafios da adoção*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

LEVY, L. *A psicanálise e a homoparentalidade*. Cadernos de psicanálise. SPCRJ, v. 27, nº 30, 2011.

RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1997.

SANCHES PERES, R. & SANTOS, M. A. *Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia*. Interações 10(20), 109-126, 2005.

WEBER, L.N.D. *Pais e filhos por adoção no Brasil: características expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá, 2001.

WINNICOTT, D.W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *O bebê e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.